

Nota Curricular

Sandra Luiza Ferreira dos Santos, 43 anos, com nacionalidade portuguesa.

I — Habilitações Académicas e Formação Complementar:

2003 — Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, ISLA — Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém;

2015 — Pós-Graduação em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, ISLA — Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria;

2004 — Pós-Graduação em Direito do Trabalho, ISLA — Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria;

2005 — Pós-Graduação em Procedimento Contraordenacional, ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa;

2005 — Pós-Graduação em Procedimento Contraordenacional, ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa;

2009 — CADAP, Curso de Alta Direção em Administração Pública, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

II — Experiência Profissional na Administração Pública:

Desde 01 novembro de 2015: Técnica Superior, ACT — Autoridade para as Condições do Trabalho, a exercer funções jurídicas na Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos da ACT.

Novembro de 2007: Técnica Superior de 1.ª Classe, ACT, a exercer funções jurídicas de instrutora de contraordenações laborais na Unidade de Apoio ao Centro Local do Oeste (até ao presente momento);

Setembro de 2003: Técnica Superior de 2.ª Classe em comissão de serviço extraordinária, IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho, nomeada definitivamente em 10 de março de 2005.

Maio de 2003: Assistente Administrativa Principal, nomeada em regime de nomeação definitiva do quadro do IDICT, Subdelegação de Caldas da Rainha;

Novembro de 2002 — 18 de maio de 2003: Assistente Administrativa Principal, Escola Superior Tecnologia, Gestão, de Arte e Design, do Instituto Politécnico de Leiria;

Novembro de 2000 — outubro de 2002: Assistente Administrativa, Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro;

Julho de 1999: 3.º oficial, da carreira de assistente administrativo, Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira.

Outubro de 1994: escriturária datilógrafa em contrato a termo certo, Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira.

III — Outras Atividades:

Elemento constituinte da Equipa Multidisciplinar de Revisão do Sistema de Gestão de Coimas (EMRSGC), e da Equipa de Revisão do Sistema de Gestão de Coimas (ERSGC) da ACT.

Formadora interna na ACT.

IV — Formação Profissional e Complementar:

Direito do Trabalho; Segurança Higiene e Saúde no Trabalho; Contraordenações Laborais; Regime Jurídico da Função Pública, Código do Procedimento Administrativo; Revisão do Código do Processo nos Tribunais Administrativos; Contabilidade Geral; Orçamento — Contabilidade e Remunerações; Utilização das TIC para a Modernização em Administração Pública.

Curso de Formação Inicial de Formadores; Curso de Formação Contínua de Formadores.

209698078

Aviso (extrato) n.º 8519/2016

Nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), é autorizada a cessação, a seu pedido, da nomeação, em regime de substituição, do licenciado Pedro de Azevedo Santinho Martins, no cargo de Chefe de Divisão de Formação e Recursos Humanos.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de julho de 2016.

30 de junho de 2016. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

209697965

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**Despacho n.º 8756/2016**

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, que criou a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e

Proteção das Crianças e Jovens, impõe-se proceder à designação do diretor executivo da equipa técnica operativa, para garantir o seu normal funcionamento.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2015, de 20 de junho, da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 3 do artigo 13.º ambos do Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, designo, para exercer o cargo de diretor executivo da equipa técnica operativa da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, o doutorado José Carlos Matias de Sousa, com efeitos a 2 de maio de 2016.

O designado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos da Comissão e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular, anexa ao presente despacho.

29 de junho de 2016. — O Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, *Armando Acácio Gomes Leandro*.

Nota curricular

1 — Identificação

Nome — José Carlos Matias de Sousa

Data de nascimento: 20 de janeiro de 1966

2 — Habilitações Académicas:

Curso da Escola Magistério Primário de Lisboa.

Licenciatura em Educação Física — Ensino, pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett.

Doutoramento em Ciências da Educação, Especialidade de Administração e Gestão Educacional, pela Universidade de Évora.

3 — Percurso e Experiência profissional

3.1 — Atividade docente:

Docente no 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Diretor de Escola de 1.º ciclo

Diretor de turma

Responsável pelo Clube da Rádio

Responsável pelo Núcleo Desporto Escolar

Formador Certificado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional

3.2 — Participação em órgão de direção do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos

Diretor de instalações desportivas.

Avaliador interno.

Membro do Conselho pedagógico

Presidente do Conselho Geral.

3.3 — Participação cívica profissional:

Coordenador Regional do Sul (distritos de Setúbal, Portalegre, Beja, Évora, Santarém e Lisboa) da Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem, de setembro de 1995 a agosto de 2005 (destacado ao abrigo da Lei Sindical).

3.4 — Exercício de funções dirigentes na Administração Pública

Coordenador Educativo da Península de Setúbal-Sul, de setembro de 2005 a março de 2007.

Membro dos conselhos municipais de Educação dos concelhos de Setúbal; Montijo, Alcochete e Sesimbra, em representação do Ministério da Educação, de 2005 a 2011.

Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Setúbal, de 2005 a 2011.

Coordenador da Equipa da Apoio às Escolas da Península de Setúbal-Sul, de abril de 2007 a agosto de 2011.

Professor Requisitado na Direção Regional de Educação de Lisboa

Direção de Serviço Técnico-Pedagógico

Professor requisitado na DGE a 80 %, de 2014 a 2016.

3.5 — Funções no âmbito da Infância e da Juventude:

Membro da Comissão de proteção de crianças e jovens de Palma — modalidade alargada em representação das IPSS 2003 a 2005

Monitor das Sessões do Programa Mais Valor no Apoio às Escolas, do Ministério da Educação, 2007

Responsável pelo acompanhamento e apoio aos representantes do Ministério da Educação nas CPCJ a nível nacional, de 2013 a 2016.

Navegador no programa Escolas de futuro, promovido pela EPIS, de 2009 a 2011

Formador do Curso de Proteção à Infância e Juventude (em linha síncrona) da Direção Geral de Educação e Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, para docentes representantes do ME nas CPCJ e outros técnicos (1.º módulo, 7 ações de formação; 2.º módulo, 2 ações de formação). Curso realizado de 2012 a 2016.

3.6 — Participação cívica política:

Membro da Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo, de 1993 a 2005.

Vereador da Câmara Municipal de Palmela (sem pelouros), de 2005 a 2013.

Membro da Assembleia Municipal de Palmela desde outubro de 2013.

3.7 — Participação cívica social:

Presidente da direção da Som do Pinhal Rádio CRL, entre 1995 e 2001

Presidente do Conselho Fiscal da Popular FM Sociedade Unipessoal, desde 2005

Membro da Direção da Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil inscrito no RNAJ — 1994 a 1996

Secretário da Direção do Centro de Ocupação Infantil — IPSS 2001 a 2007

Vogal do Conselho de Administração da Fundação COI (Pinhal Novo), de março de 2008 a março de 2011

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das IPSS do concelho de Palmela, de 2006 à presente data.

Colaborador na imprensa escrita local (*Setúbal na Rede; Jornal do Pinhal Novo; Diário da Região; Notícias Populares*) e em jornais e revistas de natureza educativa.

Coautor do livro “A nossa escola” livro de professores e alunos da Escola da Voz do Operário — 1989

209698118

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Aviso n.º 8520/2016

Nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 31 de maio de 2016, foi homologada a avaliação final do período experimental na carreira e categoria de técnico superior, concluído com sucesso, dos seguintes trabalhadores:

Nome	Classificação (valores)
Hugo Miguel Pereira Martins Gonçalves	17,47
Tiago Nuno Oliveira Matos	17,23

28 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Isilda Maria da Costa Fernandes*.

209695786

Inspeção-Geral

Aviso n.º 8521/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Catarina Isabel Magalhães Ribeiro e Ana Filipa Pena da Silva Tello de Oliveira, nomeadas na categoria de inspetor da carreira especial de inspeção, da Inspeção Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, conforme Despachos n.º 12126/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 28 de outubro de 2015 e n.º 12168/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 29 de outubro de 2015 cessaram, por manifestação de vontade das próprias, o período experimental inicial, com efeitos a 01 de fevereiro e 18 de maio de 2016, respetivamente, antes do termo do período legalmente exigível.

29 de junho de 2016. — O Inspetor-Geral, *Paulo Jorge Carvalho de Brito*.

209696652

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E ECONOMIA

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Aviso n.º 8522/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da anuência do serviço de origem, de 19 de maio de 2016, e da deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I. P., de 26 de abril de 2016, e considerando que a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016 e entrou em vigor a 31 de março, não sujeita a constituição de mobilidade a parecer prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria, na carreira de técnico superior, de Rita Cristina de Castro Ferreira Paiva do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., no IEFP, I. P., nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ficando a trabalhadora posicionada entre a 6.ª e a 7.ª posição remuneratória, e entre o nível 31.º e 35.º da tabela remuneratória única, com efeitos a 19 de maio de 2016.

2016-06-30. — O Diretor de Serviços de Pessoal, *João Pedro Raminhos Gomes Henriques*.

209697819

Deliberação (extrato) n.º 1082/2016

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), e no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo, de 7 de junho de 2016, foi nomeada, em regime de substituição e até à conclusão do respetivo procedimento concursal para recrutamento e provimento, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, a licenciada Ana Isabel Branco Vieira, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, como Diretora-Adjunta de Centro do Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento da Delegação Regional do Algarve, cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a 8 de junho de 2016.

Nota Curricular

Ana Isabel Branco Vieira, nascida a 24 de março de 1979.

Licenciada em Gestão de Empresas, pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve em 2001.

Atualmente desempenha funções de Técnica Superior no Núcleo de Gestão do Mercado de Emprego do Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento do IEFP, I. P., integrando a equipa de gestão e acompanhamento de todos os programas e medidas de emprego em vigor no barlavento algarvio.

Entre 2009 e 2011, na categoria de Técnica Superior, desempenhou funções na Unidade de Gestão do Atendimento do Instituto da Segurança Social, I. P., no atendimento ao público, nas várias vertentes da Segurança Social, nomeadamente, Maternidade e Paternidade, Doença, Invalidez, Dependência, Deficiência, Desemprego, Reforma, Morte, Contribuições e Regularização de Dívidas.

Entre 2006 e 2009, desempenhou funções no Núcleo do Emprego — IEFP, I. P. — Centro de Emprego de Portimão, na categoria de Técnica Superior, desenvolvendo todas as atividades relacionadas com esta área, designadamente atendimento ao público, gestão da procura e oferta de emprego, gestão, análise e acompanhamento de candidaturas a programas e medidas de emprego, bem como análise de pedidos de reembolso de processos de estágios profissionais.

Entre 2002 e 2006, com a categoria de Técnica Superior, exerceu funções no Departamento de Atendimento ao Cidadão e Comunicação do Instituto da Segurança Social, I. P., onde integrou o grupo de *Task Force* do CICMSST (*Contact Center*), acompanhamento de instalação de sistemas de filas de espera, a nível nacional, acompanhamento da implementação dos projetos de adaptação da nova imagem de Segurança Social, desenvolvidos pelos CDSS, acompanhamento do estudo de caracterização e avaliação da satisfação dos clientes da SS, monitorização